



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

SENTENÇA

Processo nº: **1005137-38.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Retificação Ou Suprimento Ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome**
 Requerente: **Gilene Aparecida Costa de Araujo**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

GILENE APARECIDA COSTA DE ARAUJO, qualificada na inicial, ajuizou esta Retificação Ou Suprimento Ou Restauração de Registro Civil alegando que, apesar de seu assento ter sido lavrado como **Gilene** Aparecida Costa de Araújo, é conhecida por familiares e amigos como **Gislaine** Aparecida Costa de Araújo, e porque não existe o nome Gilene na língua portuguesa; argumenta ainda que seu nome de registro tem gerado constrangimentos. Busca, assim, a alteração dos próprios registros de nascimento e de casamento.

O feito foi instruído com prova documental e o representante do Ministério Público manifestou-se pela improcedência da ação.

É o relatório.

DECIDO.

Com o devido respeito à autora, Reza a primeira parte do *caput* do art. 58 da Lei nº 6.015, de 31.12.1973 que “*O prenome será definitivo*” (sic.), com a ressalva contida no parágrafo único do art. 55 da mesma Lei:

“*Os oficiais do registro civil não registrarão prenomes suscetíveis de expor ao ridículo os seus portadores*” (sic.).

Vê-se, portanto, que em primeiro lugar é imprescindível se trate de prenome que exponha a pessoa a *ridículo*, qualificativo que comporta *gradações*, conforme magistério de R. LIMONGI FRANÇA¹.

No caso disputado, *data maxima venia*, não vejo como o prenome de registro sujeita a autora ao *ridículo*.

Quando muito posso admitir que experimenta ela alguma confusão no uso, e nada mais.

De outra parte, a própria lei civil fixa prazo decadencial para que o interessado promova a alteração do nome: um (01) ano, conforme se lê no texto do art. 56 da Lei de Registros Públicos:

“*Art. 56. O interessado, no primeiro ano após ter atingido a maioridade civil, poderá, pessoalmente ou por procurador bastante, alterar o nome, desde que não prejudique os apelidos de família, averbando-se a alteração que será publicada pela imprensa*” (sic.).

No caso disputado, **a autora completou sua maioridade civil em 12/10/1996**, de modo que o prazo decadencial para a providência ora pretendida expirou-se em 12/10/1997,

¹ R. LIMONGI FRANÇA, *Do Nome Civil das Pessoas Naturais*, RT, SP, 1975, p. 283.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

muitos anos antes da propositura da presente ação.

Por fim ressalto, acompanhando o Ministério Público que no Brasil existem, aproximadamente 1.406 (um mil quatrocentos e seis) pessoas com o nome GILENE.

Assim, não havendo justificativa plausível ou razoável para autora modificar seu nome, quando já conta com trinta e oito (38) anos de idade, de rigor a improcedência do pedido.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a presente ação, na forma e condições acima indicadas.

P. R. I.

São Carlos, 30 de maio de 2016.

VILSON PALARO JÚNIOR
Juiz de direito.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA